

CRIAÇÃO E CRÍTICA

40

PENSAR PELAS COSTAS: NOTAS SOBRE OFICINAS E OUTRAS ATIVIDADES DA GREVE ESTUDANTIL¹

Tiago Guilherme Pinheiro²

Resumo: Qual ato inaugura uma aula? Mais que a fala autorizada, o gesto que está na origem desse processo e o sustenta é a postura dos envolvidos. Designando simultaneamente a configuração do corpo e a disposição psíquica, a postura atua de forma silenciosa, dinâmica e heterogênea em um espaço de estudos. Propomos então pensar uma breve história das posturas na formação da disciplina de estudos literários. Para tanto, partiremos, às avessas, das imagens de ocupações de escolas e universidades em que carteiras e cadeiras são colocadas em disputa e (in-)utilizadas. Daí que, diante da solicitação por outras formas de se posicionar e constituir corpos (discentes, docentes, técnicos, bibliográficos), perguntaremos sobre a experiência específica de aprendizagem insurgente da greve e das oficinas estudantis, que excede a da sala de aula, reivindicando-a pelo lado de fora.

Palavras-chave: Ensino e Pesquisa. Postura. Greve estudantil. Universidade. Saberes Insurgentes.

THINKING BEHIND SOMEONE'S BACK: NOTES ON STUDENT STRIKE

Abstract: What act inaugurates a class? More than just authorized speech, the gesture that originates and sustains this process is the posture of those involved. Designating both bodily configuration and psychological disposition, posture operates silently, dynamically, and heterogeneously within a study space. We propose to consider a brief history of postures in literary studies. To do this, we will begin, in reverse, with images of school and university occupations where desks and chairs are contested and (mis)used. Thus, considering the demand for alternative ways to place and constitute bodies

¹ As reflexões que levaram a este texto devem muito à experiência com os estudantes grevistas do curso de graduação de Letras-Português e da pós-graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina. Agradeço especialmente às discentes Ana Carolina Rodrigues Salatiel, Milena Piccoli de Moura e Coumba Diatta, por organizarem as oficinas das quais tive o prazer de participar, e a todos que estiveram presentes. Também sou grato a Julia Brignol Vaz Pinheiro, que forneceu algumas das fotos aqui utilizadas como representante do movimento de ocupação. Por fim, destaco os nomes das docentes Carla Regina Martins Paza e Marina dos Santos Ferreira, que estiveram à frente das mobilizações dos professores do DLLV-UFSC, em uma greve que, entre diversas singularidades, foi largamente ameaçada pela diretoria do sindicato que deveria representar-nos.

² Professor Doutor de Teoria Literária do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador do Núcleo de Estudos Benjaminianos (NEBEN) desta mesma instituição. E-mail: tgp.ufsc@gmail.com

CRIAÇÃO E CRÍTICA

40

(students, teachers, staff, bibliographic), we will explore the specific experience of insurgent learning during strikes and student workshops that transcend the classroom, asserting their presence from the outside.

Keywords: Teaching and researching. Posture. Student Strike. University. Insurgent Knowledge.



[1] No momento em que este texto será lido, seu tempo e seu lugar já parecerão ultrapassados. A foto acima parecerá deslocada, inoportuna. Isso porque remetem a greves em instituições de ensino em um momento em que as manifestações nacionais de 2024 já acabaram, com o agravante de não terem conseguido que suas pautas fossem atendidas. Independentemente do seu sucesso, no entanto, este parece ser o destino contraditório das reflexões sobre paralizações, especialmente as estudantis: enquanto duram, são capazes de criar zonas de suspensão incrivelmente mobilizadoras e produtivas; ao serem encerradas, porém, uma série de procedimentos e dispositivos parecem impor um preço desmedido, seja por fadiga ou por melancolia, de modo a estabelecer que o tempo e o lugar da greve não devem jamais se confundir com o tempo e o lugar do estudo e do ensino. No entanto, os resquícios daquilo que aconteceu permanecem enquanto parte das escolas e das universidades. Lambe-lambes, pixações, murais, fotos, convocações de assembleia, convites para palestras e oficinas resistem em todo o campus. Gêneros ínfimos que, refutando as tentativas de narrar epicamente esses eventos, por vezes, se misturam com os

CRIAÇÃO E CRÍTICA

40

testemunhos de greves anteriores, confundindo as camadas do tempo. Além disso, algo da experiência formativa sobrevive no discurso daqueles que a construíram. Como participante dessas atividades, por exemplo, um eco ainda habita o meu ouvido: “por que as aulas não podem ser assim?”. Talvez não possamos viver em greve, porém uma requisição como essa faz lembrar que existe alguma forma de produção e compartilhamento de saberes que permanece ausente na sala de aula, ou mesmo heterogênea a ela.

[2] Há um lugar-comum com o qual se procura apagar ou rasurar a noção de “greve estudantil” ou “greve universitária”, sob o argumento que, independentemente de suas reivindicações, esse tipo de mobilização e a categoria que a movimenta não são essenciais dentro de uma cadeia produtiva ou de um sistema de prestação de serviços, e, portanto, não possuiria a força necessária característica para perturbar a ordem de uma empresa ou do Estado. Ou, de uma forma legalista, seu estatuto não constitui um vínculo empregatício com a instituição, e não estaria amparado pela Lei n. 7.783/89, de 28 de junho de 1989. Os mais condescendentes afirmam que, no máximo, trata-se de uma “greve simbólica” de apoio dos alunos a causas sociais variadas. Esse tipo de crítica se escora em conceitos bastante restritos de trabalho e trabalhador. Haveria de se pensar a relação entre (im)produtividade e a necessidade ou eficácia das greves de um modo mais amplo. Por ora, parece importante observar que o que se manifesta cada vez mais nas greves universitárias e escolares é justamente a necessidade de se reconhecer a força de influência turbulenta do trabalho sobre os estudos, e do estudo sobre o trabalho, ainda que de maneira absolutamente assimétrica. Primeiramente, porque a negação da condição de aluno-trabalhador (ou trabalhador-aluno) é cada vez mais insustentável, de modo que a concepção de escola enquanto lugar que não pertence ao mesmo regime de tempo do emprego (algo que estaria em sua etimologia grega *scholé*, relacionada à noção de tempo livre, em oposição à *ascholia*, o tempo do trabalho) não consegue se preservar. Também se agudiza os impasses sobre os papéis da universidade, em termos de resguardar a independência na produção de conhecimentos (em relação ao mercado, principalmente) e de responsabilidade sobre a vida presente e futura daqueles que a frequentam enquanto discentes. Que a maior parte das pesquisas na graduação ou na pós-graduação sejam realizadas em regime concomitante de trabalho deveria lançar uma reflexão mais radical do que o mero lamento impaciente pela decadência da academia. Em relação a isso, é necessário questionar sobre uma possível interdição denegatória que opera em termos daquilo que tem legitimidade enquanto “objeto” e “método” na área de Literatura, por exemplo. Não deixa de ser irônico que a atenção sobre a relação dinâmica

CRIAÇÃO E CRÍTICA

40

entre formas estéticas e estruturas socioeconômicas implicadas na produção de objetos de cultura seja tão enfatizada como etapa fundamental do processo interpretativo em disciplinas dos cursos de Letras ou em guias de análise literária,³ enquanto que a (auto)reflexão crítica sobre as condições específicas (ou a falta delas) de graduandos e pós-graduandos envolvendo seu trabalho de escrita ou sua experiência social prévia seja vista frequentemente com desconfiança ou complacência dentro de produções acadêmicas ou mesmo nas salas de aula.

[3] A greve estudantil não só reivindica a possibilidade de trazer à tona questões sobre as estruturas da universidade ou da relação entre trabalho e estudo, como também guarda em si algo da própria noção de greve que, em outras greves, tende-se a subestimar ou passar despercebido. Em “Para uma crítica da violência”, Walter Benjamin (2012) busca se afastar de uma concepção de greve definida simplesmente como uma inação. Assim fosse, aponta ele, estaria à mercê de se transformar em “chantagem”, isto é, em um ato de paralisia em que já se prevê “voltar a praticar a ação recusada em determinadas condições que ou não têm nada a ver com ela ou atuam apenas sobre seu aspecto exterior” (p.64). Contudo, se a tarefa da greve deve ser a luta contínua contra a chantagem, de modo a se tornar, mais que de direito, justa, de onde então emerge essa possibilidade do não-retorno ao mesmo? Enquanto recusa do agir, a greve é uma retomada de tempo, do tempo imposto por certa economia. Ao invés de um instrumento para determinados fins, na greve o tempo é emancipado desse horizonte para converter-se em meio, e se abre para a sensação de outras formas de vida. Não por acaso, o texto de Benjamin termina com uma crítica à ideia de sacralidade e imutabilidade da concepção de vida como pressuposto do Direito, e como dispositivo de sua manutenção violenta.

Daí que esse tempo não esteja voltado apenas para a sustentação da greve enquanto confronto contra o patrão, mas também direcionado para uma série de atividades ou oficinas que envolve experimentação e compartilhamento de conhecimentos, muitos dos quais não reconhecidos, deslegitimados ou anacrônicos, desde um ponto de vista hegemônico. Jacques Rancière (1988) depara-se com isso quando recorre aos arquivos do movimento operário do século XIX francês em *A noite dos proletários*. Naquelas atividades denominadas

³ Para dar um exemplo canônico dessa formulação: “Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra [...]. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno” (CANDIDO, 2006, p.13).

CRIAÇÃO E CRÍTICA

40

“elucubrações” (p 28), realizadas entre o trabalho e o sono, e que depois serão expandidas nas greves, aparece a exigência não apenas pela melhoria das condições de trabalho como também por uma outra economia das relações entre saber e fazer, entre tempo e vida. Por isso, a reinvenção coletiva de processos como alfabetização, tipografia, artesanias, produções poéticas, entre outros (em uma atualização poderíamos acrescentar atividades como trocas de sementes, oficinas *cartoneras*, técnicas de autodefesa para mulheres etc.). “Não se trata do direito à preguiça, mas do sonho de ter outro trabalho”, aprender a partir de “Bosques que não existem, letras que não se saberia ler, imagens cujos modelos nunca existiram” (p. 21), dispensando um discurso “feito de palavras de empréstimo” (p. 28).

Nesse mesmo contexto, Rancière retoma uma carta aberta de Victor Hugo em que o autor de *Les misérables* exorta um alfaiate a manter sua fibra para continuar a escrita de sua poesia, de modo a se converter em operário-poeta, pensador-trabalhador. O jovem operário, pressentindo que essa concessão esconde o compromisso de se manter em seu lugar, responde que o tempo que lhe é tomado o impede de ser essas duas coisas ao mesmo tempo (e mesmo uma delas), e nem uma coisa ou outra seria desejável, já que o que se busca é poder aprender a ser outra coisa, a mudar como os lugares estão dispostos e definidos (p. 26-27). Assim, a própria questão da aprendizagem é levantada constantemente ao longo do acontecimento insurgente. O pedagogo Joseph Jacotot, por exemplo, recusa o paradigma da transmissão do conhecimento entre o Mestre (que sabe) e o estudante (que não sabe) para instaurar o método da “verificação da igualdade das inteligências”, imaginado para atender o pedido do filho de um tipógrafo que, ao ser perguntado sobre o que gostaria de aprender, responde “tudo” (p. 60).

Em *Politically red*, Eduardo Cadava e Sara Nadal-Melsiò (2023) exploram como essa demanda aparece em obras voltadas contra estruturas de desigualdade, racismo e fascismo. Passando por Marx, W.E.B. Du Bois, Rosa Luxemburgo, Walter Benjamin, Saidiya Hartman, e outros, Cadava e Nadal-Melsiò investigam o desejo da aprendizagem e sobre a aprendizagem manifestado em textos insurgentes, com especial atenção a formas outras de se apropriar (impropriamente) da leitura e escrita. Não por acaso, centram-se em imagens de manuscritos, focando em padrões caligráficos, detalhes do suporte (a folha em que foi escrita uma anotação, por exemplo), desenhos nas margens, simples rabiscos e, por vezes, algo que se convencionou chamar de escrita assêmica. Restos vitais da produção de um livro – testemunhos de um pensamento que não quer caminhos tomados de empréstimo – e que são excluídos durante a edição. Ou seja, aquilo que assina as condições de sua elaboração: o momento em que, longe do cálculo, o lápis para e começa a praticar sozinho movimentos que se emancipam do traçado do texto.

CRIAÇÃO E CRÍTICA

40

[4] Pergunto então se não é aí que a greve estudantil coloca em primeiro plano algo da natureza geral das greves: a de que toda reivindicação sobre o trabalho, em torno do trabalho, contra o trabalho, também é uma exigência pela suspensão da ordem estabelecida dos saberes em prol da experimentação de formas não apreendidas de aprendizagem. Estranhamente, é nesse ponto que o movimento estudantil passa a ser visto com menos simpatia: quando o calendário acadêmico ou escolar interrompido em prol de questões infraestruturais, orçamentárias, abre espaço para que se levante a possibilidade de uma descontinuidade na ordem da economia dos saberes que frequentemente é confundida com a própria universidade, ou com o ensino básico. Artigos de opinião como o de Marcos Lopes (“Limites e riscos da universidade redentora”, 13/06/2024), professor da Unicamp, em *O Estado de São Paulo*, formalizam esse temor. É notória a imediatez com que se relaciona, em termos de causa e consequência, o aparecimento de “saberes alternativos e experimentos linguísticos”, especialmente nos cursos de Humanidades, à decadência da universidade enquanto lugar de produção e difusão *rigorosa* (palavra fundamental para esse discurso) de conhecimento. Até mesmo os “congressos que lembram rituais” e as bibliotecas “inóspitas, sem conforto térmico ou acústico” são atribuídas à “fragmentação por segmentos específicos (pretos, pessoas trans, indígenas etc.)”, tomada como especialização precoce e dispersão do conhecimento na formação discente. À exigência por “justiça social” dos estudantes, Lopes contrapõe a necessidade de um “novo pacto” consensual entre discentes e docentes. É como se acusasse os alunos de não estarem fazendo algo direito, de não se posicionarem direito através do Direito, ao buscarem por formas indisciplinadas de justiça.

[5] Há no ensaio de Benjamin (2013) uma expressão com a qual ele descreve o gesto fundamental da greve: o movimento de “dar as costas” ou “voltar as costas” (p. 64). Detenhamo-nos nessa imagem.

CRIAÇÃO E CRÍTICA

40



Em primeira instância, parece se tratar de uma espécie de gesto de desprezo, de alheamento, um modo de romper relações com a autoridade ou com a lei injusta. Uma declaração de que sempre se pode seguir sem mando, por outro caminho, fora da linha (da de produção, por exemplo), sem sequer conceder a oportunidade para o confronto. As costas também operam uma importante transformação na greve, já que, ao se rebelar, ao se levantar, o revoltoso procura tirar um peso de suas costas, tal como aponta Georges Didi-Huberman (2017) a partir de suas leituras dos desenhos de Goya. Nessa acepção, as costas oferecem não apenas o sustentáculo do corpo como também formam uma *coluna*, no sentido político desse termo, isto é, um eixo irradiante para movimentos diversos, de apresentação do corpo e dos corpos que se erguem contra uma dada situação. É uma parte importante do modo como se adota uma postura, uma atitude, para com o mundo. Assim, nesse contexto, dar as costas é exigir uma revisão das relações e perspectivas entre as diversas formas de existência. Esse gesto tem a sua duplicidade e seu risco: trata-se de uma atitude temerária que, ao mesmo tempo, produz uma vulnerabilidade, já que se expõe ao ataque, inclusive na surdina, “à traição” ou “covardemente”. Em outras palavras, as costas ficam descobertas, nuas – em oposição àqueles que

CRIAÇÃO E CRÍTICA

40

se veem obrigados a ter as “costas quentes” ou empregar guarda-costas para assegurar sua posição, violentamente. A carga assumida pelas costas e pela postura não para por aí. É também a partir delas que a greve estudantil coloca suas reivindicações sobre os processos de ensino e pesquisa, em novas chaves.

[6] Que os estudantes do Centro de Expressão e Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina tenham feito suas manifestações deste ano e de anos anteriores sob um enorme peso não há dúvidas. A ameaça do teto e do prédio caindo sobre suas cabeças e ombros não é apenas simbólica: nos últimos tempos, foram registrados casos de ventiladores; ares-condicionados; elevadores parados – impedindo cadeirantes ou qualquer outro com alguma dificuldade de locomoção a chegar até suas salas de aulas e dificultando o uso de equipamentos essenciais para certos curso, como o de Cinema –; estantes cedendo sobre o peso de teses e dissertações (e dos cupins), caindo sobre quem estivesse ali, com alguns casos de ferimentos bastante graves. As instalações vergam, como uma onda, sobre o corpo discente. Contudo, ao mesmo tempo em que procuram manter o prédio em pé, também resistem em deixar que a falta de condições materiais encubra outras demandas, que excedem esses reparos, sem deixar de passar por eles.



CRIAÇÃO E CRÍTICA

40



Tais imagens das situações de ocupação universitária e escolar merecem ser revistas. O uso de carteiras como barricadas para impedir a continuidade das aulas (melhor dito, impedir a contínua descontinuidade das aulas, por temor ao próprio prédio), ganha um novo contorno quando levamos em conta como esses móveis fazem encarnar a expectativa de certas posturas daqueles que se encontram nos cursos de graduação e pós-graduação. A acusação comum é a de que atos como os de ocupação não correspondem ao comportamento (palavra que deriva do verbo *portare*, que, significa justamente carregar, suportar) esperado de universitários ou estudantes – em oposição a quem, perguntar-se-ia? De quem seria esperado esse tipo de impostura?

A tal ponto que, a foto que abre este texto, que renova uma imagem a qual estamos relativamente familiarizados, tenha circulado como uma espécie de “evidência” em círculos de docentes, que justificaria (para alguns) a ativação da polícia na desocupação do prédio do CCE-UFSC, com base em uma recomendação emitida pelo Ministério Público Federal sobre o caso – felizmente, isso não aconteceu desta vez. Contra a má-postura dos estudantes, seria preciso tropas de choque para passar – como é costume dizer – um *corretivo* em suas atitudes. Pode-se ver então que a (in)utilização das carteiras pela greve universitária expande a ideia de “voltar as costas” proposta por Benjamin: não se trata apenas de deixar para trás, como também de expor a necessidade de

CRIAÇÃO E CRÍTICA

40

viradas, torções, retorsões, entremeios e até mesmo pôr de ponta cabeça certo modelo de design anatômico.

[7] Neste ponto, faz-se necessário retomar outro autor frequente do repertório das greves. Entre 1934 e 1950, Bertolt Brecht publicou uma série de narrativas curtas protagonizadas pelo Sr. Keuner. As histórias giram em torno dos gestos sutis de astúcia e resistência desse personagem, descrito como gentil e reservado. A primeira delas ocorre a partir de um encontro com um professor de filosofia. Após expor sua sabedoria, Sr. K. permanece em silêncio por um momento e então comenta: “Você está sentado de modo incômodo, fala de modo incômodo, pensa incomodamente”. O docente retruca dizendo que não era sobre isso que ele gostaria de saber e sim sobre o conteúdo de sua fala, sobre a importância do que fora dito. O protagonista reforça a percepção de descaso do filósofo para como o tom da voz e o modo de andar, e conclui dizendo “Vendo sua postura, não me interessa seu objetivo” (BRECHT, 2006, p. 11).

Não precisamos estar alocados em algum departamento de Filosofia para nos sentirmos provocados por essa pequena fábula acadêmica. Lembremos afinal dos pequenos movimentos durante nossos processos de escrita e preparação para um colóquio, por exemplo. Como nossos corpos, em primeira mão, percebem que há algo de satisfatório ou insatisfatório em nossos textos, de modo que nos sentimos mais ou menos acomodados em nossas cadeiras. Como ensaiamos previamente as posturas – nossas e dos outros – quando projetamos mentalmente o instante de nossas falas, a disposição da sala, o tom adotado, o tipo de pergunta que será feita, quem estará do meu lado (literal e simbolicamente) – como tudo isso, enfim, soará. E, curvados, repositamos o braço, antes de riscar uma ou outras palavras, linha ou referência. O mesmo ritual é repetido a cada início de semestre, se não a cada aula. Antes mesmo de abrir a boca, é a decisão de como entrar e permanecer em sala – se daremos a aula em pé ou sentado, por exemplo – que surge em nossas mentes. Poderíamos regredir ainda mais, até a elaboração da ementa: uma disciplina sobre ditadura militar e outra sobre renovações do conceito de vida na teoria contemporânea, merecem que tipo de postura? Qual tom devo adotar? Começo com uma anedota em uma e com profecias sombrias em outra? Algo do andamento do curso depende dessas decisões. Conforme as semanas avançam, considerações semelhantes – ainda que não do mesmo tipo – aparecem nas conversas dos corredores entre colegas, e nas quantas preocupações sobre “respeito”, “ser levado a sério”, “como se posicionar”, “que atitude tomar”, “manter a atenção da classe”, “não perder o rigor”. Eventualmente, até mesmo um “frio na espinha” surge. Estamos condicionados a medir o sucesso ou o fracasso de um curso pela postura que os estudantes

CRIAÇÃO E CRÍTICA

40

tomam em sala de aula: presume-se que alguém cabisbaixo está automaticamente desinteressado, em contraste com quem se senta à frente e mantém o olhar fixo adiante. Percepções algo paranoicas e imperfeitas, como se revela muitas vezes já no fim do semestre, quando chegam os trabalhos finais (pressupondo que o que será avaliado sejam os trabalhos, não as posturas idealizadas). Mas, a regra de ouro, o mais importante, é nunca, jamais, deixar transparecer essas mesmas preocupações: o bom professor e o bom aluno são aqueles que se mantêm erguidos até o último instante. Esse é um *pathos*, um tanto patético, da vida acadêmica. Como seria possível não se sentir tão... incomodado com tudo isso, por assim dizer?

Aquilo que Sr. Keuner exhibe é o rechaço contra essa postura incomodada. Seria equivocados acreditar que a filosofia é indiferente ao modo como o corpo se posiciona. Verdade é que nunca deixou de se preocupar com a postura, como mostrou Sander L. Gilman (2018): Kant e Hegel dedicaram importantes páginas ao assunto, para se dar apenas dois exemplos. O professor do conto de Brecht só expressa desprezo pelo comentário do seu interlocutor *após* ouvir aquilo que não gostaria: algo sobre sua postura, não porque ela não condiz com o que professa ou com sua autoridade enquanto professor, e sim porque a observação quebra a transparência de um modelo de legitimidade. A postura reaparece, como o retorno do recalçado, daquilo que jamais deveria ser colocado em pauta sem nunca deixar de estar presente, de se impor, segundo um certo padrão. *O que é sábio no sábio é a postura* – eis o título do conto. E não se trata de uma ironia. O Sr. K. (ele mesmo docente) não prescreve nem um tipo de correção ou retificação ao professor de filosofia. Pelo contrário, já que podemos facilmente presumir que é contra essa postura modelar que a fábula de Brecht se contrapõe. Lembremos que se trata dos anos 1930 e a ordem da vez na Europa era justamente essa: “Reto, empertigado e orgulhoso, com a cabeça jogada para trás” era o lema da juventude hitlerista. Benjamin (2012), em seu texto sobre “Teorias do fascismo alemão”, também desse período, lembra que a cada três palavras proferidas em discursos nazifascistas, uma era “postura” (p. 117).

Brecht, contudo, não abandona a postura como um tema exclusivamente disciplinar. O tema volta recorrentemente nas histórias do Sr. Keuner, ao longo das décadas. Se a postura precede a sabedoria, não há um posicionamento correto anterior a própria postura. Em outro fragmento, sem título, é dito: “A sabedoria é uma consequência da postura. Como ela não é o objetivo da postura, a sabedoria não move ninguém a imitar a postura” (BRECHT, 2006, p.88). De algum modo, Sr. Keuner a encara como potência de demonstração política, pedagógica, de produção de conhecimento, um modo de seguir e organizar as necessidades, sem nunca se deixar petrificar. Afinal, a postura é o modo como criamos um espaço com o corpo, como o corpo aparece e exhibe sua

CRIAÇÃO E CRÍTICA

40

potência e extensão, inclusive sua plasticidade. Não seria possível pensar em uma vivência destituída de postura.

[8] A versatilidade da palavra *postura* exhibe, ela mesma, uma certa dinâmica que não se permite enrijecer, a despeito de todos os esforços. Denuncia certa instabilidade na separação entre corpo e mente, ao mesmo tempo em que não presume uma concordância ou o domínio de uma instância sobre outra. É empregada tanto para descrever o modo como um corpo produz o seu espaço vital, sua extensão (excedendo seu próprio contorno, tocando e se confundindo com outros corpos), ao mesmo tempo em que aponta para certa disposição mental. O ato de ler encena por si só esse caráter duplo e dúbio da postura: a posição de nossos braços e pernas, do nosso rosto, de nossa coluna não é a tradução imediata daquilo que atravessamos ao lermos, assim como o inverso também é verdadeiro. A postura, aliás, muda conforme a leitura avança, sem nunca se conformar ao que está sendo lido. Também é através dela que a situação específica na qual se realiza uma leitura adentra a letra do livro – uma novela de Gontcharóv ou um romance de Ana Maria Gonçalves lidos em uma poltrona não são os mesmos que aqueles lidos em pé, no ônibus lotado.

Em outros contextos, esse significante também borra as fronteiras entre aparência e valor. Não por acaso, nos estudos propostos por Pierre Bourdieu e seus continuadores (em especial, Jérôme Meizoz (2007)), a postura do intelectual ou do homem de letras é transformada em categoria de análise, como procedimento a partir do qual um sujeito passa a ganhar substância e ser reconhecido pela posição que ocupa em uma dada esfera social. Não apenas em termos de classe econômica, como também de capital cultural: não se espera somente que um escritor, um cientista ou um intelectual produza romances, pesquisas ou manifestos, mas também que se porte de alguma maneira enquanto tal, de modo que o que está escrito reverbere na figura pública e vice e versa.

De fato, a forma sedimentada com que certos gêneros textuais (memoriais, apresentações de currículo, entre outros), vinculados a momentos específicos mandatórios na formação de um graduando ou pós-graduando (pedidos de bolsa, defesas, relatórios de pesquisa), ou ainda, da carreira docente (concursos, progressão de carreira), dá testemunho privilegiado desse papel atribuído à postura. A tal ponto que essa palavra é empregada para comprimir toda a trajetória de uma vida intelectual em um posicionamento único. Basta pegar um artigo qualquer para encontrar formulações como: “A postura de Deleuze ao longo de sua vida foi a de...”. Ela é convertida, assim, em dispositivo textual: tal como a função-autor introduz uma noção de unidade e coerência ao inscrever um nome próprio na lombada de vários tomos de textos heterogêneos,

CRIAÇÃO E CRÍTICA

40

a postura projeta uma estabilidade do posicionamento intelectual a partir de um traço corporal congelado. Não por acaso, as fotografias dos escritores, claramente posando para a câmera, adornam tão frequentemente as orelhas e contracapas dos livros.

E, mesmo assim, a postura e suas consequências não se limitam a um *habitus* de determinado grupo (o acadêmico, por exemplo). Basta pensar que, ao repassarmos os diversos entrecruzamentos que esse termo carrega, a postura consegue perturbar a divisão fundamental entre natureza e cultura, de tecnologias e humanidades, do simbólico e do corporal, do ser e do aparecer, que organiza a partilha dos saberes que estrutura a universidade (ao menos, a de matriz europeia) em termos de *hard* ou *soft science*, faculdades, departamentos, áreas e subáreas – o que confere a essa noção um teor político, ético e epistemológico que não pode ser subestimado.

[9] Com todo esse investimento sobre a noção de postura, não espanta o lugar de destaque que essa tenha adquirido para a Medicina (e vice e versa). Não percorrerei todo esse caminho, mas gostaria de focar em um caso particular, no qual o destino da universidade foi colocado mais uma vez sobre as costas de seus alunos.

Em 1995, uma reportagem do *New York Times Magazine* (intitulada “The Great Ivy League Nude Posture Picture Scandal”) expôs como, entre os anos 1910 e 1970, certos arquivos fotográficos foram alimentados e mantidos por uma série de universidades norte-americanas (Yale, Harvard, Princeton, Penn etc.). Tratava-se de registros feitos anualmente de seus estudantes, nus, de frente e de perfil, destinados a uma avaliação de suas posturas, cruzando-as com seus desempenhos acadêmicos. Na época da reportagem, uma parte desses arquivos havia sido disponibilizada para consulta pública pelo Instituto Smithsonian. Logo após, as fotos foram seladas e as universidades deram cabo de destruir as coleções guardadas em suas instalações.

A historiadora Beth Linker (2024) reconta a história não só dessa prática, como a vincula ao “*posture panic*” que tomou os Estados Unidos a partir de meados do século XX, e como esse temor se mantém e é exportado até hoje. Revela, por exemplo, que o registro fotográfico só se encerrou devido ao mercado paralelo incontrolável que se gerou em torno das imagens, especialmente as femininas. A autora adiciona ainda outra consideração: a de que a obsessão pela postura e as práticas destinadas a corrigi-las ou aperfeiçoá-las na verdade não teria evidência científica sólida. Boa parte do combate à má-postura seria uma grande “*fake news*”, nas palavras dela, resquício do pensamento eugenista surgido no século XIX, mas também de um discurso muito anterior, que relaciona a postura ereta à capacidade intelectual e moral do

CRIAÇÃO E CRÍTICA

40

ser humano, já presente desde *O político* do Platão (em que, ao se levantar o olhar do chão, o homem teria encarado os céus, e por isso, aprendido a pensar). Sem falar de vocábulos para tipificar gêneros herdados dessa mesma lógica, como a oposição entre *straight* e *bent*. Há, pode-se dizer, algo nessa preocupação com uma postura correta e na incessante emissão de diagnósticos por ela gerados que, na verdade, faz parte do próprio sintoma e que, muitas vezes, aprofunda o sofrimento. Que essa obsessão se confunda com a história da universidade e com um paradigma de intelectualidade (não só da figura do intelectual, mas do processo de produção de conhecimento), é algo fundamental para entender certas dores acadêmicas contra as quais a greve estudantil volta as costas.

[10] Preocupações com o esvaziamento das salas de graduação e pós-graduação, que ganharam notoriedade após a pandemia, também podem ser relidos sobre esse prisma. Isabelle Stengers (2023) aborda essas questões e, mesmo debatendo um cenário mais favorecido que o brasileiro ou que o da área de Humanidades, levanta pontos que merecem uma tradução para esses contextos. Ao abordar a recente inquietação com jovens (especialmente mulheres) que “têm virado as costas” (p. 51) para as ciências (exatas, mas não só), Stengers descreve as estratégias de recrutamento propagadas por instituições de pesquisa voltadas a “uma parte do viveiro do qual depende o futuro da pesquisa”, o qual já “não podemos mais nos permitir negligenciar” (p. 51). Essas estratégias assumem um combate contra uma “sociedade que não sabe mais honrar a grande aventura empreendida pelas pesquisadoras e pesquisadores em nome da humanidade”, enquanto lamentam que “os jovens de hoje não estariam dispostos a fazer os sacrifícios que as ciências exigem e buscariam apenas aquilo que promete satisfação imediata” (p. 52). A ideia de vocação, associada à curiosidade, é mobilizada em discursos voltados aos muito jovens, em uma atitude que Stengers chama de “pedofilia” (p.52), porque busca capturar suas almas com propagandas, promessas, visitas aos museus, desenhos animados, narrativas épicas do conhecimento. Tudo isso desaparece da ordem do dia quando finalmente entram na universidade: a partir daí alunos de graduação e pós-graduação devem aceitar as condições de trabalho precárias, a competição sem piedade e aceitar um “certo modo como as coisas são feitas” que se confunde com a ideia mesma de rigor científico. Ao invés disso, devem aguentar firme: o verdadeiro pesquisador precisa “ter fibra” para concluir o percurso, na promessa de que terão melhores condições de trabalho e contribuirão para o progresso da humanidade como um todo.

Stengers compara esse processo, claramente “generificado”, com traços de valores viris, à situação de um piloto de testes.

CRIAÇÃO E CRÍTICA

40

Quando se trata de fibra ou de vocação, a prova passa pela conformação heroica. Daquele ou daquela que desiste, se dirá “não tinha a fibra”. Ou então “a qualidade certa” faço alusão ao filme de Philip Kaufman, *Os eleitos* (1983), baseado no livro de Tom Wolfe, que conta a história da transição entre o mundo dos pilotos de teste e o dos primeiros astronautas do programa Mercury da NASA. “Ele não tinha a fibra, a coisa certa”, diziam os pilotos de teste sobre aqueles que morriam pilotando. O interessante é que não havia uma definição positiva dessa fibra, já que as razões que levam um piloto de teste a morrer são múltiplas e dependem principalmente do avião que ele está testando [...] Deveria ser desnecessário explicar que a questão da fibra, tal como a estou abordando, não tem relação direta com a capacidade de fazer pesquisa. Ninguém diz que os pilotos que morriam eram maus pilotos. [...] A questão da fibra designa bem especialmente a fabricação de uma diferença ligada a perguntas que se fazem, mas não serão feitas; ligada a uma maneira de aguentar firme e resistir àquilo que, dali em diante, torna-se uma tentação. (STENGERS, 2023, p. 53-54)

A acusação da falta de fibra, de rigor, na universidade atual, crise que alguns atribuem aos atos de justiça social que supostamente não deveriam ter lugar nessa instituição, não representam exatamente esse esforço para impedir que certas perguntas sejam feitas? Perguntas que se vinculam diretamente ao modo como os saberes são tratados e perpetuados na universidade. Mais do que isso: não é como piloto de testes que um aluno recém-formado no curso de Letras entra em sala de aula para atuar como professor de língua ou literatura no ensino fundamental ou médio, com a estatística exibindo índices exorbitantes envolvendo o prejuízo físico e psíquico dos docentes no Brasil? Se alguém quebra, é porque não tinha uma postura firme o suficiente, não foi preparado de acordo. Irônico que a solução ao longo dos anos tenha sido um aumento ainda maior de carga sobre os estudantes de licenciatura, especialmente da carga horária de práticas, de estágios, em oposição a questionamentos de “ordem teórica”, que pouco os ajudariam. Algo que invoca novamente a figura dos pilotos de testes descartáveis, os quais são frequentemente expostos a riscos de lesões agudas na espinha em seus treinamentos de aparelhos de aceleração centrífuga capazes de chegar a sete, oito ou mesmo nove vezes a força de aceleração da gravidade da Terra (KANG; SHIN; KANG, 2015).

[11] Fala-se tanto em metodologias como “sala de aula invertida” ou “horizontalização da sala de aula”. Ambas, contudo, perdem de vista a diferença

CRIAÇÃO E CRÍTICA

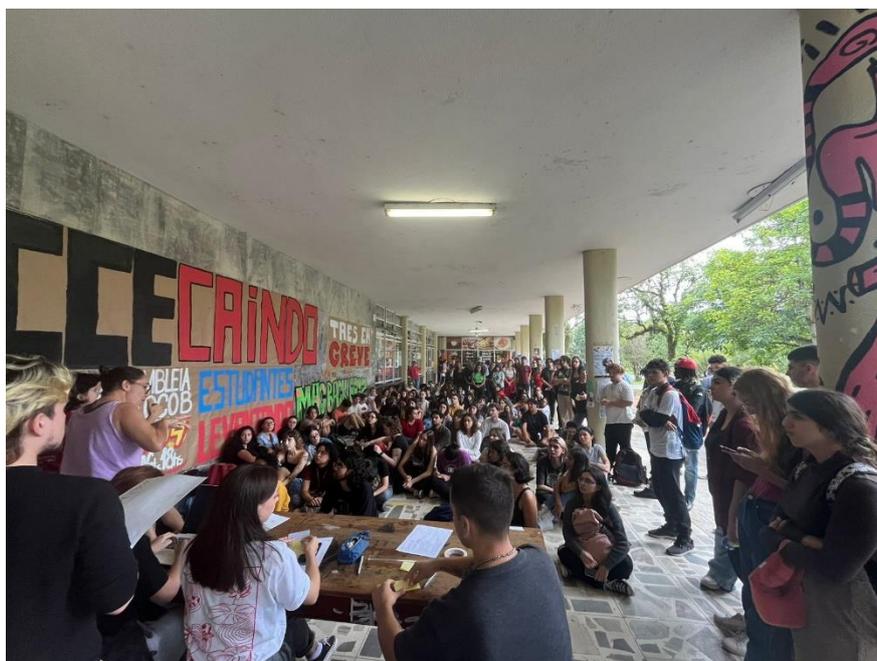
40

da espacialidade e a tridimensionalidade dos corpos, da topografia variada e móvel (às vezes, sísmica) que um corpo discente pode apresentar e re-representar constantemente. As mobilizações são uma maneira de tornar visível esse aspecto de dissenso, de um modo que talvez nunca seja possível de ser abarcado por uma didática, mas que ao menos pode ser levado em consideração por ela (se ao menos se propõe enquanto parte de uma pedagogia emancipatória).

[12] Recobrar alguns desses fragmentos, dessas vértebras-fósseis, presentes na história da postura permite lembrar uma dimensão mais ampla dos gestos que movimentam os atos de greve estudantil. Não por acaso, as carteiras são abandonadas e as discussões e oficinas sobre currículo, representatividade, epistemicídios, sobre a relação tensa entre educação e trabalho, sobre o gênero da escrita acadêmica, saberes indígenas, políticas de base para educação, sobre o sofrimento psíquico, racismo, entre outras coisas, ocorram muitas vezes no chão, na grama, em assentos improvisados (pedras, tábuas, cadeiras de praia, toalhas de mesa, etc.), ou escorados em paredes e colunas. Que, com esse movimento, se revogue as poses que identificam e diferenciam professores, alunos, trabalhadores e funcionários. Ou ainda, que se possa tirar dos ombros a ideia de que existe uma forma de rigor que se confunde com tensão e que só assumindo uma postura pré-determinada – física, intelectual – pode-se vir a desempenhar certos papéis de autoridade e legitimidade. Em outras palavras, que os participantes se mostrem em busca de outras formas de se posicionar, de postular suas demandas, desejos e insatisfações, em relação à economia dos saberes estabelecida. Alguns detratores diriam que se colocam sentados com a “postura de índio” (como se convencionou chamar essa posição em que se cruza as pernas), em uma “greve selvagem” (terminologia técnico-legalista para designar a mobilização sem a tutela do sindicato ou da instância representativa da categoria) – termos que aqui são assumidos como qualidades por aqueles que dela participam, como o inverso da barbárie, como bem observou Alexandre Nodari (2024). A partir desses gestos de corpo inteiro renovam-se e reconhecem-se os diversos corpos da universidade, não apenas discentes, docentes ou de funcionários, como também programáticos, bibliográficos, arquivísticos, mortuários, e mesmo animais e vegetais. Dito tudo isso, ainda falta contar como processos de democratização como as cotas, como a entrada de certos saberes que hoje podem ser encontrados contemplados em alguns planos de estudos, e certas percepções sobre as políticas da pesquisa foram e são levantadas na universidade a partir de atividades de greves estudantis.

criação e crítica

40



Referências

BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. Org. Jeanne Marie Gagnebin. Trad. Susana Kampff Lages, Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2013.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Trad. João Barrento. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2012.

BRECHT, Bertolt. *Histórias do Sr. Keuner*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2006.

CADAVA, Eduardo; NADAL-MELSIÓ, Sara. *Politically Red*. Cambridge: The MIT Press, 2023.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Ouro sobre azul, 2006.

CRIAÇÃO E CRÍTICA

40

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Introdução*. In: *Levantes*. São Paulo: SESC, 2017. p.13-20.

GILMAN, Sander L. *Stand Up Straight!: A History of Posture*. London: Reaktion Books, 2018.

Kang, K. W., Shin, Y. H., & Kang, S. (2015). Acute spinal injury after centrifuge training in asymptomatic fighter pilots. *Aerospace medicine and human performance*, 86(4), 386–391. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25945556/>. Último acesso em: 30 set. 2024.

LINKER, Beth. *Slouch: Posture Panic in Modern America*. New Jersey: Princeton University Press, 2024.

LOPES, Marcos. “Limites e riscos da universidade redentora”. *O Estado de São Paulo*, 13 jun 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/limites-e-riscos-da-universidade-redentora/>. Último acesso: 28 set 2024.

MEIZOZ, Jérôme. *Postures littéraires: Mises en scène modernes de l'auteur*. Ginebra: Éditions Slatkine, 2007.

NODARI, Alexandre. Greve selvagem. *Site do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina*. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2024/06/03/greve-selvagem/>. Último acesso em: 20 set. 2024.

RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. Trad. Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

STENGERS, Isabelle. *Outra ciência é possível: manifesto pela desaceleração das ciências*. Trad. Tatiana Roque e Fernando Silva e Silva. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

Submetido em: 30/09/2024

Aceito em: 18/11/2024